

# **Aproximações para a compreensão do modo de vida dos atingidos do Território- Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (Ponte Nova)**

- A Faiscação e a Pesca Artesanal.

MINAS GERAIS, AGOSTO DE 2020.

## **Aproximações para a compreensão do modo de vida dos atingidos do Território- Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (Ponte Nova): A Faiscação e a Pesca Artesanal**

### **Proposição:**

Comissões de Atingidos de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Comunidade de Chopotó (Ponte Nova)

Assessoria Técnica Independente Centro de Formação Alternativo Rosa Fortini

### **Elaboração:**

Equipe Técnica ATI Centro de Formação Alternativo Rosa Fortini.

COMISSÃO LOCAL DOS ATINGIDOS DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO E COMUNIDADE DE CHOPOTÓ; COMISSÃO LOCAL DOS ATINGIDOS DE RIO DOCE; ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE CENTRO ALTERNATIVO DE FORMAÇÃO POPULAR ROSA FORTINI. Aproximações para a compreensão do modo de vida dos atingidos do Território- Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (Ponte Nova) - Relatório Técnico. Santa Cruz do Escalvado: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.centrorosafortini.com.br/>.

## Sumário

Introdução.....	4
1. As atividades extrativistas .....	5
1.1. Pesca artesanal .....	5
1.2. Faiscação .....	14
2. Pescadores, Faiscadores e Trabalhadores Rurais - esforços para a construção de um modo de vida (relativamente) autônomo.....	22
2.1. Em vias de síntese.....	32
3. Consequências do desastre da Samarco .....	33
Referências Bibliográficas.....	35
Anexos.....	39

## Introdução

A partir do rompimento da Barragem de Fundão, novembro de 2015, uma enxurrada de rejeitos de mineração e destroços se moveu pelos rios Gualaxo, Carmo e Doce até o oceano atlântico causando uma abrupta transformação no meio ambiente e na vida de milhares de pessoas. Em 2020, decorrido 5 anos do derramamento, a reparação integral dos danos nos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e comunidade do Chopotó (Ponte Nova) avançou pouco, sobretudo, no que toca as medidas e ações reparatórias destinadas as populações tradicionais.

Neste trecho do Rio Doce, o rejeito de minério acumulado ao longo das margens e leito dos rios, bem como depositado em toda a extensão do reservatório da UHE Risoleta Neves/Candongá, alterou severamente as condições ecológicas e físicas desta região do rio Doce. Em consequência disto, as atividades produtivas que garantiam alimentos, trabalho e renda, como é o caso da pesca artesanal e da faiscação, sofreram drástica redução ou até mesmo foram inviabilizadas.

O presente estudo tem por finalidade contribuir com informações sobre a pesca artesanal e a faiscação, atividades tradicionais que eram desenvolvidas na área da nascente do rio Doce até o dia do rompimento da barragem de Fundão. O texto pretende também mapear as consequências socioambientais do rompimento de Fundão para o modo de vida dos pescadores artesanais e faiscadores, afim de subsidiar a tomada de decisões no processo de reparação das comunidades tradicionais.

Para alcançar os objetivos propostos, foram reunidas informações produzidas pelo Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini – entidade que atua como assessoria técnica independente das Comissões de Atingidos Locais – entre 2018 e 2019. Entre os materiais consultados destacam-se as informações colhidas na aplicação do diagnóstico rural participativo, os atendimentos individuais, reuniões com as comunidades e Comissões, bem como entrevistas individuais.

Além disto, outro conjunto de informações relevantes foi o produzido pela pesquisa com atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão (OPUS PESQUISA E OPNIÃO, 2020). Essa pesquisa *survey* teve como objetivo a identificação e quantificação de danos, impactos e afetações da comunidade atingida ocasionados pelo rompimento da barragem do Fundão e seu processo de reparação. O levantamento aconteceu no período de julho de 2019 a janeiro de 2020, com entrevistas de 1.592 famílias abarcando temas relacionados ao perfil

socioeconômico, danos e perdas individuais nos temas da saúde, produção agrícola e extrativista.

## 1. As atividades extrativistas

O elemento que demarca identidade tradicional das comunidades localizadas nos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e comunidade de Chopotó (Ponte Nova) são as atividades laborais. A pesca artesanal e a faiscação, atividades de natureza extrativista, são os ofícios que expressam o modo de vida tradicional das pessoas que tem o Rio Doce como alicerce para construção e a reprodução social.

As atividades de pesca e faiscação consistem em uma interação peculiar entre cultura e natureza. No desenvolvimento destes ofícios valores culturais e simbólico são reafirmados e aprimorados. Assim, a incertezas na reparação dos danos causados pelo derramamento de rejeito de minério significam incertezas na existência de toda um modo de vida que têm estreita ligação com o meio ambiente.

### 1.1. Pesca artesanal

Como salienta a legislação brasileira, a pesca apresenta-se sob diferentes formas de organização social e produção. No Capítulo IV, Seção I, Art. 8º, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº11.559/2009), a pesca como modo de vida ou ofício é classificada:

I – Comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – Não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica. (BRASIL, 2013, p. 15 Grifo nosso)

Em relação a situação encontrada nos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova (Chopotó) os tipos de pesca que interessam são aqueles que se referem às práticas comerciais e que dizem respeito à pesca artesanal, e a que se refere à prática não comercial de subsistência (grifos). No entanto, apesar da legislação fazer delimitações precisas entre estes tipos, nas formas de realização da pesca no Território e de modo geral no Brasil não são percebidas descontinuidades entre práticas e saberes de uma ou outra.

Destarte é importante colocar em tela o posicionamento de diferentes grupos de pesquisadores (DIEGUES, 1983; RAMALHO, 2007, 2014) que se debruçam nas questões relativas à pesca artesanal para alargar a compreensão da pesca artesanal como categoria social. Segundo Diegues (1983), a pesca como atividade sócio profissional (subsistência, pequena produção mercantil ou capitalista-empresarial) não é encontrada de maneira estaque nas comunidades haliêuticas brasileiras. A propósito, para o autor, as múltiplas formas de organização das comunidades pesqueiras interpenetram umas nas outras, o que torna a pesca artesanal uma categoria extremamente complexa.

De modo geral, no contexto nacional, as populações identificadas como comunidades pesqueiras estão associadas ao processo de colonização e à mescla cultural típica do país, indígenas, portugueses, negros escravizados e outros migrantes (SILVA, 1993). Sendo que a atividade sempre foi exercida por homens e mulheres agrupados em comunidades conhecidas como tradicionais<sup>1</sup> (SILVA, 2014), localizadas nas áreas rurais e, atualmente, também nas áreas urbanas periféricas (ESCURRA, 2013).

Apensar de constituírem uma pluralidade de formas organizativas – caiçaras na região sudeste, os jangadeiros no nordeste, os pantaneiros na região centro-oeste e os caboclos na região amazônica – as comunidades de pescadores artesanais são caracterizadas

---

<sup>1</sup> Silva (SILVA, 2014) destaca: “O estado brasileiro, por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define em seu decreto (Nº 6.040/07) os povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, nos quais estão inseridos os pescadores. Porém, esta classe recebeu mais atenção com a lei que regula a atividade pesqueira (Nº 11.959/09), que objetiva, em um de seus artigos, “o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades”. A saber que a política nacional Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca está voltada para uma questão profissional e apenas lateralmente faz a menção a respeito a vida cultural e social dos pescadores.

sociologicamente pelo manejo peculiar dos recursos naturais para fins de produção de um modo de vida específico. Ramalho (2007), ao propor um conceito para a atividade, salienta que “fazer-se pescador artesanal” envolve conhecimentos e a posse de um patrimônio sociocultural, que tornam possível aos indivíduos moverem-se nos caminhos e segredos das águas.

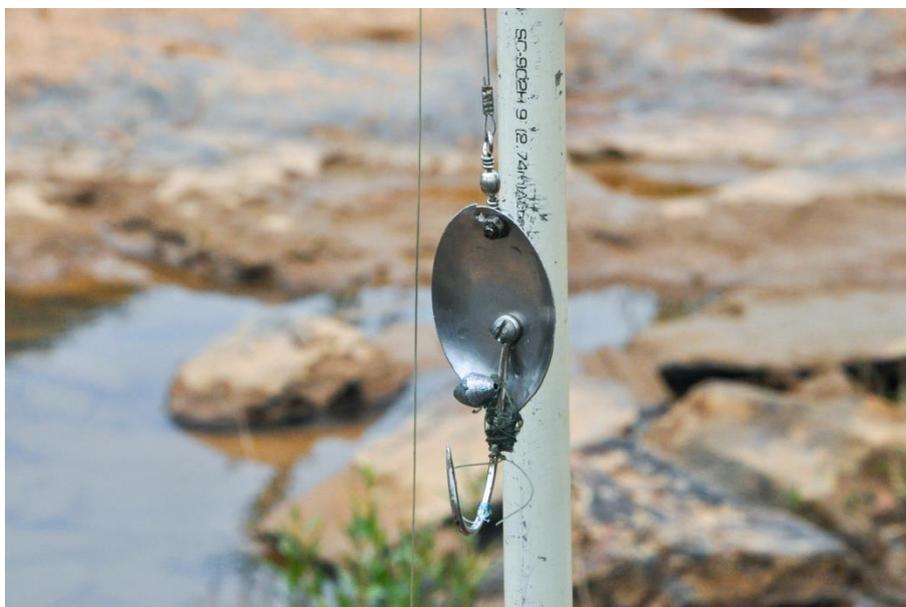
Contudo, a constituição de um modo de vida próprio não acontece de modo apartado do resto do mundo. Diferentes autores, nos mais variados contextos, salientam como questões sociais econômicas e políticas atravessam e moldam a trajetória social das comunidades haliêuticas, inclusive levando-as ao colapso. Assim, não é pertinente considerar a pesca artesanal fora do contexto no qual está inserida, os diversos fatores ocorrendo na sociedade vão influenciar diretamente o exercício da atividade. No âmbito do Território estudado, como pontuado anteriormente, pode-se salientar o fim do colonato e outras mudanças na estrutura agropecuária local, a construção, operação e impactos socioambientais da UHE Risoleta Neves e, por fim, o rompimento da barragem de rejeitos de minérios da Samarco.

\*\*\*

Retornando para o contexto local, no curto trecho do rio Doce que abrange os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado podem ser encontradas pessoas e famílias que têm na pesca artesanal o exercício de uma atividade na qual se mesclam as condições objetivas de sua reprodução, como o acesso à alimentação e renda, com condições subjetivas, como o conhecimento tradicional sobre o meio natural, o trabalho fortemente condicionado por dinâmicas ambientais. Na sequência, são apresentados alguns elementos que moldam e qualificam a diversidade das formas concretas que assume a pesca artesanal no Território.

- Artes de pesca

A pesca de beira de rio é percebida como a mais expressiva nas margens do Doce nos municípios de Santa Cruz do Escalvado, Ponte Nova (Chopotó) e Rio Doce. Os pescadores que operam este sistema de produção têm como principais petrechos aparelhos de anzol e linha, quais sejam: varas de bambu, molinetes de fibra, linhas de espera. Na região registra-se o uso de uma ampla variedade de linhas e anzóis para atender os tipos de captura pretendido – tanto de espécimes, quanto de lugares. (Figura 1)



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 1 – Anzol construído pelo pescador com a finalidade de capturar dourados

Outra arte de pesca que se destaca é a tarrafa. Este aparelho consiste de uma rede circular como raio de até dois metros, cuja distância entre os nós varia conforme a espécie pretendida na captura. Dado a forma de lançamento e o entalhamento do aparelho (chumbos), a rede cai totalmente aberta n`água. Quando toca na água, por gravidade os pesos fazem o aparelho descer rapidamente, fechando a rede sobre os peixes. Este tipo de aparelho é construindo artesanalmente pelo pescador. (Figura 2)



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 2 – O pescador tecendo o pano de uma rede de pesca, Jair Ribeiro da Silva Santana do Deserto.

O terceiro tipo de petrecho mencionado são as redes. De formato retangular, o equipamento tem o tamanho de suas malhas, com variações em função das espécies a serem capturadas. Conforme o objetivo da captura, a fixação do aparelho na água varia. No geral, os pesos e boias trabalham para que o pano da rede fique estendido de forma que passivamente os peixes fiquem retidos no pano da rede. Independente do trecho do rio, estes aparelhos são colocados em locais nos quais o pescador identifica como passagem peixes que pretende capturar.

Sobre as redes, por se tratar de uma forma passiva de captura, os aparelhos são posicionados nos pontos de pesca e deixados por horas ali. Após um determinado intervalo de tempo, que pode ser de duas a oito horas, o pescador o recolhe e realiza a despesca. No emprego desta arte de pesca as embarcações, em sua maioria canoas movidas a remo, constituem tanto instrumentos de deslocamento entre pontos de pesca, como parte do esforço de captura, uma vez que elas se movimentam para fixação das redes.

Quadro 1 - Rotina de trabalho do pescador profissional

Período	Atividades
Manhã	<p>A jornada de trabalho inicia-se às 5h com o deslocamento até os pesqueiros e o recolhimento das redes que foram armadas na noite anterior. Após a despesca, os aparelhos são reposicionados.</p> <p>Entre os deslocamentos, da casa aos pontos de pesca, oportunamente realiza-se lanços de tarrafa.</p> <p>Em casa, o pescado capturado é processado (eviscerar e congelar para armazenar), essa é uma atividade que envolve o pescador e sua companheira.</p>
Tarde	<p>As redes posicionadas pela manhã são recolhidas. Realizado o processo de despesca, os petrechos são novamente posicionados.</p> <p>No período de tempo que as redes estão na espera do pescado, mais uma vez realiza-se lanços de tarrafa.</p> <p>No período da tarde, o tempo de trabalho pode ser direcionado para a realização da manutenção dos petrechos ou tecer tarrafas.</p> <p>Para além disto, atividades não relacionadas as pescas podem ser desenvolvidas conforme a oferta e demanda local. Neste caso específico, estes trabalhos são, sobretudo, biscates como peão em fazendas e sítios próximos.</p>
Noite	<p>Por volta das 19h são armadas redes que ficaram posicionadas até a manhã do dia seguinte.</p>

Outras artes de pesca que sempre são lembradas nas conversas sobre pescarias referem-se as armadilhas e os cercos fixos. Os Jequis, tipo de armadilha pesqueira de tradição indígena, são objetos rústicos que podem ser movidos para os lugares de pescaria e onde os peixes entram, atraídos por alguma isca, e se deixam prender. Os equipamentos são colocados em lugares onde o pescador prevê a existência dos peixes de seu interesse. Já os cercos fixos, nominados localmente de “chiqueiros”, constituem uma estratégia de captura na qual a disponibilidade de alimentos atrai o pescado e, no momento da captura, o “chiqueiro” é fechado e o pescador faz a recolha do produto da pesca. Entre os moradores de Santana do Deserto sempre é lembrado a existência de “chiqueiros” instalados na margem do rio e no fundo dos quintais como elemento que proporcionava a abundância de pescado.

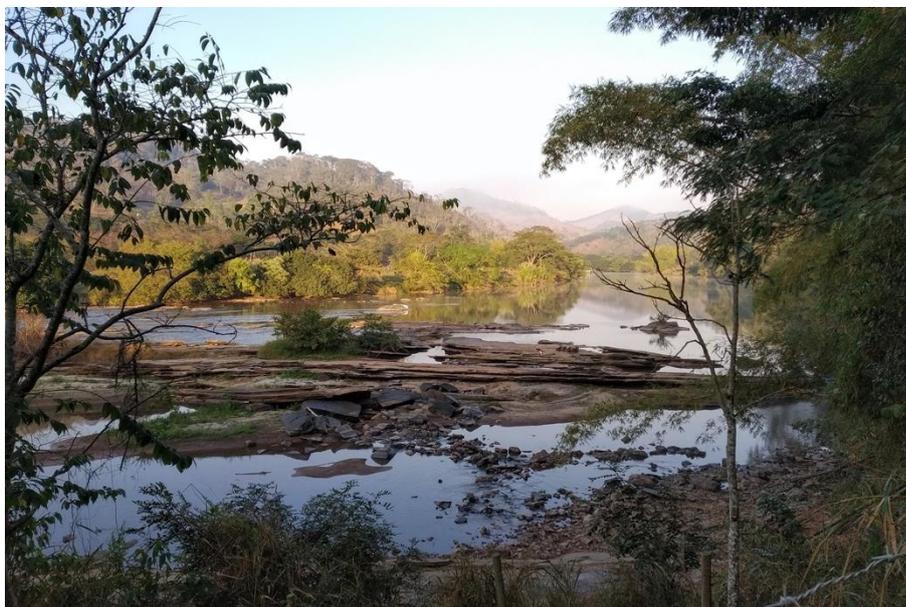
Derivado do emprego das armadilhas, registra-se o uso de “cevas” também para ampliar as condições de captura dos pescados. As “cevas” consistem na oferta de alimentos em localizações específicas do rio, no geral em remansos com alguma profundidade, o que

vai fazer daquele lugar um ponto de pesca com maior probabilidade de boas capturas. Nestes espaços, pode-se empregar tanto equipamentos de linha e anzol, como redes ou tarrafas.

- Os pesqueiros

As condições naturais encontradas na área de estudo apresentam distintas situações ecológicas e físicas, o que por sua vez propiciam a ocorrência de pesqueiros (pontos de pesca) com diferentes características. Essa relação entre as variáveis ecológicas e geográficas favorecem a prevalência de determinadas espécies ou o emprego de um tipo de aparelho de pesca em desfavor de outros.

Desde o rio do Carmo e o Piranga, até a ponte na MG 120 observa-se a prevalência de trechos encachoeirados com ocorrência de rebojos e remansos dos mais variados tamanhos. Por sua vez, a partir de Santana do Deserto, a inclinação do leito do rio Doce diminui e as águas correm com menor força. Neste trecho, pode ser observado grandes depósitos de areia e cascalho. A título de exemplo, tais mudanças conformam pesqueiros e, conseqüentemente, demandam estratégias de capturas distintas.



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 3 – Vista do Rio Doce nas proximidades da antiga Estação do Engenho, Rio Doce.



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 4 – Vista do rio Doce nas proximidades da comunidade de Merengo, Santa Cruz do Escalvado.

A UHE Risoleta Neves, cuja construção é iniciada em 2001 e a geração de eletricidade em 2004, promove uma mudança brusca na dinâmica pesqueira desta porção do rio Doce. O barramento do rio e a formação do lago transformam a paisagem, a diversidade de pescado disponível e as dinâmicas socioambientais.

Com o enchimento do reservatório, uma área que antes abrigava um trecho do rio onde encontravam-se ilhas, corredeiras, cachoeiras e rebojos, (pontos de pesca amplamente conhecidos) dá lugar a um espelho d'água com 8,5 km de comprimento, 41 km de largura e com profundidades que variam entre 18 a 60 metros. Este novo ecossistema demandou o desenvolvimento de outros saberes naturalísticos dos pescadores, bem como a necessidade de respeito ao uso industrial que é feito das águas, sobretudo no que toca as interdições de livre trânsito no novo ambiente. (Ver anexo F CONSÓRCIO CANDONGA, 2007)



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 5 – Placas na estrada que contorna o lago da UHE indicam que novos regramentos para o uso do espaço começam a valer com o enchimento do lago.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Candonga pontua as alterações nas comunidades de peixes a partir do barramento do rio Doce. O Estudo coloca que, em face das mudanças ecossistêmicas, em especial nas características das águas represadas, a ictiofauna sofreu profunda e irreversível transformação.

Com as águas paradas poderá haver proliferação de espécies de peixes com hábitos sedentários como por exemplo carás grumatã traíras e outras. (...) as espécies migradoras são as que mais sofrerão impactos com o empreendimento devido a interrupção da rota migratória pela barragem. A magnitude do impacto pela interrupção da migração (alimentar e reprodutiva) é de difícil mensuração (...) Apesar de não se dispor de conhecimento acerca das rotas migratórias dos peixes do rio doce, pode-se afirmar que a interrupção da migração pela barragem trará consequências negativas para a ictiofauna. (THEMAG ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA, 1997b, p. 4–22)

Os impactos a jusante de empreendimentos hidroelétricos encontram-se associados a interrupção da rota migratória. Os peixes, impedidos de subirem aos trechos mais altos da bacia, não conseguem completar as necessidades fisiológicas necessárias a reprodução. (...). Além disto há de se considerar que o acúmulo de peixes na barragem (nas imediações da escada) poderá atrair pescadores ao local [bem como, poderão levar a uma maior atividade de peixes predatórios]. (THEMAG ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA, 1997b, p. 4–25).

Conforme constatado em entrevistas, a instalação da UHE Risoleta Neves reestruturou todo conjunto de saber-fazer pesqueiro das populações que pescavam naquela porção do rio

Doce. O aumento na psicossidade do rebojo do Jacaré, espaço de pesca situado logo após o eixo da barragem e nas imediações de Santana do Deserto, é sempre lembrado nas conversas sobre boas pescarias e nos empregos gerados pelo afluxo de turistas até a comunidade por conta da pesca de lazer.

\*\*\*

De um modo geral, os recursos materiais e saberes envolvidos (as artes de pesca mobilizadas e os pescadores explorados) na pesca artesanal que acontecia na área de estudo tinham por finalidade viabilizar uma atividade de pequeno porte, que é voltada para a garantia da segurança alimentar dos grupos familiares ou mesmo a venda. Para além disto, é significativo considerar que a pesca artesanal, enquanto forma de trabalho determinada pelo tempo da natureza, era parte fundamental na manutenção da singular forma de gestão do tempo do trabalho e do lazer destas pessoas<sup>2</sup>.

Para finalizar este tópico, a pesca artesanal realizada localmente, o manejo de armadilhas, redes, linhas e anzóis materializam todo um saber-fazer que estes pescadores e pescadoras possuem do Território onde vivem e trabalham. A atividade proporciona conhecer as capacidades únicas, aprendidas a partir da tradição, que estas pessoas possuem sobre comportamentos dos animais aquáticos, os caminhos do rio, mais recentemente, do lago, bem como dos elementos da paisagem, dos fenômenos climáticos, enfim da natureza com a qual convivem.

## 1.2. Faiscação

O extrativismo mineral de metais preciosos é uma atividade que modela a trajetória histórica das comunidades situadas no entorno da nascente do rio Doce – território periférico

---

<sup>2</sup> Ver as discussões propostas por Diegues (2004) e Ramalho (2015) sobre as determinações ecológicas na *racionalidade* da pesca artesanal. Segundo Diegues sua abordagem parte do princípio segundo o qual, “o homem está dentro da natureza, é uma das forças da natureza e não é um meio exterior ao qual ele se adapta. Ou como afirma Moscovici (1974), o homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto. Além disso, a natureza faz parte de nossa história e o homem se relaciona com ela através da sociedade. (...) Um outro conceito básico da história ecológica é o de *paisagem*, entendida como *estrutura espacial, moldada pela ação do homem, resultante da interação entre processos naturais e socioculturais*” (2004, p. 247). Ramalho ponderar sobre a desnecessidade do trabalho na pesca artesanal pontua, “*Tempo livre e tempo de trabalho conformam-se num tipo de moral pesqueira que molda a relação entre os próprios pescadores, de gestão de seu tempo de trabalho e lazer e desses homens com o ambiente marinho, com os pescados, forjando práticas societárias repletas de humanização e de sutis resistências à conduta de vida genuinamente capitalista [a alienação completa do ser humano do trabalho] que se celebram, nos ritmos imanentes da cultura pesqueira artesanal, a necessidade e desnecessidade do trabalho*” (2015, p. 217).

do epicentro do Ciclo do Ouro (Séc. XVII e Séc. XVIII) e do Quadrilátero ferrífero (Séc. XX) em Minas Gerais. Mesmo que desde os anos 1990 prevaleçam as explorações minerárias de médio e grande porte, ainda hoje a Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE) persiste nas cidades de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce (nos rios do Carmo e Doce) através das modalidades de faiscação, ainda sempre à margem da lei.

De forma geral, a MAPE é reconhecidamente uma atividade responsável por grande absorção de mão-de-obra, sobretudo, entre as camadas pobres das áreas rurais (HENTSCHEL; PRIESTER; HRUSCHKA, 2002; VILLAS-BÔAS; ARANIBAR, 2003) o que inclui a ocupação de mulheres e crianças (CASTILHOS; LIMA; CASTRO, 2006). Contudo, no curso da história, a atividade de garimpo e os garimpeiros foram e seguem sendo marginalizados e estigmatizados, sem que melhores propostas produtivas mínero-empendedoras fossem disponibilizadas (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 2008). Na perspectiva do Estado, o garimpo artesanal é tratado como um problema, como pontuam Martins e Barbosa:

No que se refere ao garimpo, a legislação brasileira e a ação governamental, ao optarem pela concentração gradual das atividades de mineração, jogaram os garimpeiros na situação de perene marginalização social e clandestinidade. No período colonial, como se viu, a garimpagem foi proibida e o garimpeiro transformado num criminoso. No Império e na República, o garimpo deixou de ser ilegal, embora continuasse marginalizado no âmbito da legislação minerária. Todavia, isso não reduziu a importância extraordinária do garimpo na produção de ouro, diamantes, gemas coradas, quartzo, mármore, pedras decorativas, etc. Nem impediu o convívio estreito, às vezes hostil, entre as empresas legais e os garimpeiros. As primeiras empregaram o concurso dos últimos para secundar seus serviços de lavras, promover evasão fiscal, reduzir custos de exploração e, recentemente, escapar da responsabilidade por passivos ambientais. (MARTINS, 2009, p. 48)

Segundo Barbosa,

Hoje, no interior do campo da exploração dos recursos minerais da nação, fala-se sobre garimpo e garimpeiros por oposição explícita e exclusiva às sociedades indígenas, ao meio ambiente e às empresas de mineração. Independentemente desses interlocutores eles não possuem qualquer legitimidade ou identidade positiva. Nesse contexto, a atividade garimpeira poderia ser considerada na contramão da história (BARBOSA, 1991, p. 230).

No ímpeto de ordenar a atividade de garimpo e o ofício de garimpeiro é regulamentada a Lei Nº 11.685 (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 2008, p. 91 Anexo C). O estatuto reconhece formalmente a profissão e defini o garimpeiro como: “todas as pessoas físicas de nacionalidade brasileira que,

individualmente ou em forma associativa, atuem diretamente no processo de extração de substâncias minerais garimpáveis. A Lei estabelece ainda 05 (cinco) modalidades de trabalho de garimpagem: 1) Autônomo; 2) Em Regime de Economia Familiar; 3) Contrato de Parceria; 4) Cooperativa e 5) Individual, com relação empregatícia.

Ao tratarmos da atividade garimpeira tradicional dos municípios que fazem parte da área de estudo, busca-se dar visibilidade para o garimpo de faiscação ou faiscadores. Enquanto grupo social, estes mineradores artesanais, surgem com o Ciclo do Ouro (1700), e são em via de regra escravos alforriados, quilombolas e homens livres que investiam na extração ilegal de ouro e diamantes. Uma vez que estes indivíduos não detinham capital para impor seus interesses, defender suas descobertas e ou competir com os grandes mineradores eles se aventuravam em áreas remotas, espaços nos quais poderiam praticar de forma furtiva a mineração sem que a Coroa lhes tomasse a lavra ou cobrasse o quinto de suas descobertas (GARCIA, 2018; MARTINS, 2009, 2017).

Conforme salienta Martins, os faiscadores eram mineradores isolados que exploram “córregos mais afastados e, em geral, pouco promissores” (2009, p. 41). Portanto, um grupo que está no “lusco-fusco da marginalidade econômica e social” e ainda hoje permanece nela. Haja vista, a luta dos faiscadores por reconhecimento de direitos, tanto na ocasião da construção da hidroelétrica Risoleta Neves (2004), como no derramamento de rejeitos de minério decorrente do rompimento de Fundão (2015).

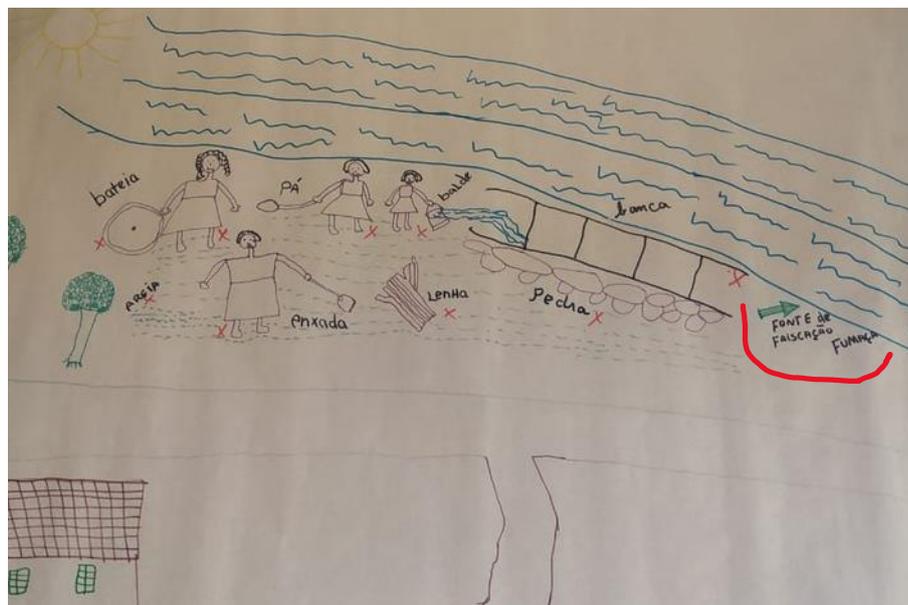
\*\*\*

Nas entrevistas realizadas, registra-se que atividades de garimpo no trecho do rio Doce, onde estão as cidades de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e a comunidade rural de Chopotó (Ponte Nova), sempre tiveram espaço entre as atividades produtivas locais, em diferentes modalidades de MAPE. Anteriormente ao desastre de Fundão, a extração de metais preciosos de maior ocorrência na área estudada é aquela que usa como base a técnica “*banca*” e nominada localmente de faiscação<sup>3</sup>. Este tipo de mineração é totalmente manual,

---

<sup>3</sup> Outras formas de mineração artesanal que já teve proeminência na região e aquela realizada em balsas. Entretanto, esta forma de exploração estava em desuso pelos moradores do território. A título de informação, esta modalidade de mineração, do ponto de vista técnico, se diferencia da banca pela adoção de tecnologias que substituem a força humana e ampliam a área de exploração do material aluvial. O garimpo de balsa, envolve o uso de uma embarcação onde é possível explorar as partes mais profundas do rio, alcançando depósitos de *material* fora das margens. Envolve também a atividade de garimpeiros mergulhadores, que equipados como mangotes ligados a motobombas, sugam água e cascalho. Os sedimentos passam por processos de lavagem e o material é apurado nas bateias e aplica-se azougue (mercúrio) para proceder uma apuração físico-química do metal precioso. O uso de mercúrio (Hg) na atividade de garimpo é indicado para maximizar o processo de depuração do ouro. O

são utilizados instrumentos rudimentares como picaretas, alavancas, pás, enxadas, bateias. A atividade era realizada de forma autônoma, em regime de economia familiar, bem como por meio de parcerias.



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini

Figura 6 – Detalhe de mapa com caracterização dos elementos e ferramentas envolvidas no processo de faiscação. Detalhe para a menção à cachoeira da Fumaça (hoje área do lago de Candonga)

Basicamente, a exploração aurífera com utilização da banca tem início com o garimpeiro buscando a prova em algum ponto do rio. Feito a identificação e a avaliação da produtividade possível, começa o revolvimento da área a fim de prospectar os depósitos aluvionais<sup>4</sup>. Essa mistura de areia, argila, cascalho é aquilo que os faiscadores chamam de *material*.

---

uso do mercúrio era interessante ao garimpeiro, pois este metal tende a criar amalgamas com a partículas de ouro e por ele ter um ponto de evaporação menor do que o do metal precioso, no ato da fundição o mercúrio evapora restando apenas uma liga de ouro. Tais características aumenta a eficiência do trabalho do garimpeiro e maximiza seus ganhos econômicos, assim sendo era utilizado corriqueiramente pelos mineradores. Importante dizer que no manuseio e no processo de fundição que o mercúrio se torna um dos problemas ambientais gerados pela mineração de ouro. Isto porque por imperícia o metal pode por contato contaminar a água e o solo, bem na fundição os vapores da queima se dispersam no ao ar. A intoxicação por mercúrio acontece pelo consumo de alimentos contaminados ou pela inalação de vapores e tem consequências críticas pra saúde humana e incluem danos ao cérebro, rins e pulmões.

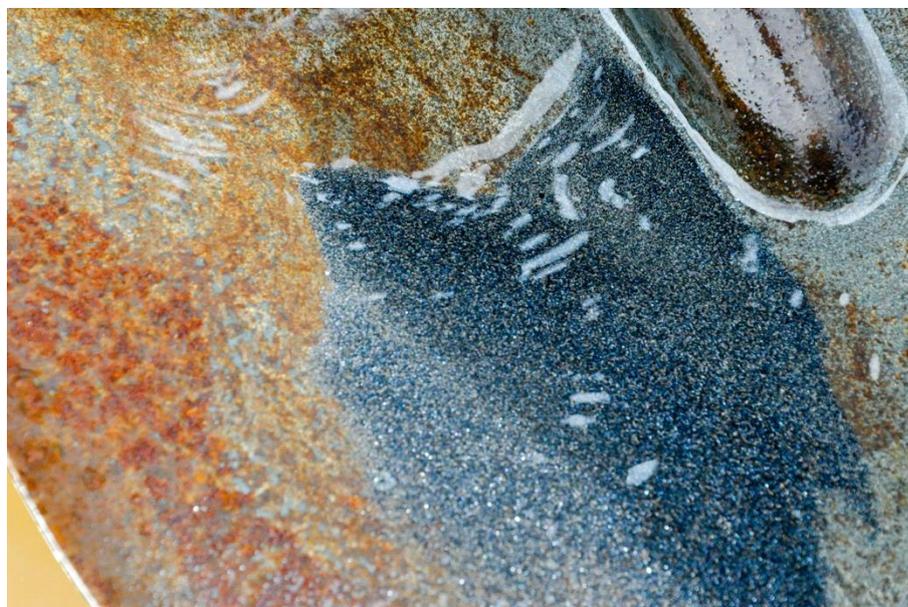
<sup>4</sup>Aluvião é o nome dado para os sedimentos e materiais como argila e areia que são depositados nos leitos dos rios a partir da erosão promovida por ventos e chuvas

Em uma jornada de trabalho são movimentadas algumas dezenas de metros cúbicos de areia, argila, cascalho e água de modo a ter *material* suficiente para algumas décimas de ouro. O mais comum é a busca pelos depósitos que contem metais preciosos na parte rasa do leito do rio (até uma profundidade de 1,5 metros). Com auxílio de pás, cavadeiras e latas de dezoito litros, a terra revolvida é colocada em um ralo, feita também de lata, e com a água do rio esse cascalho e areia são lavados.

Por ação mecânica da água e a inclinação da banca, o *material* escorre e, por ter uma granulação pequena, fica aderido ao carpete afixado na base da banca. O carpete aderido cumpre a função de reter as partículas do material de trabalho. Após um determinado tempo, o carpete é então lavado e o conteúdo apurado é separado nas bateias. Os movimentos de agitação (circulares) aplicados a bateia geram uma força que conjugada às diferentes densidades do *material* faz com que os sedimentos mais leves saiam do recipiente enquanto o material metálico (mais pesado) permanece.

A série de fotográfica que segue (Figura 7,

Figura 8, Figura 9, Figura 10, Figura 11) ilustra as diferentes etapas do trabalho no garimpo de banca.



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 7 – Prova selecionada para averiguação da viabilidade da jornada de trabalho, o número de pontos de ouro em meio ao esmeril é o fator determinante da qualidade da lavra.



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini

Figura 8 – O cascalho extraído é lavado, e o material por meio da filtragem fica retido no carpepe.



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini

Figura 9 – Lavagem do carpepe para que o material de trabalho fique depositado na “caixa”.



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 10 – Garimpeiro no esforço de separar na bateia o metal precioso de outros minerais



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
20

Figura 11 – Resultado apurado após separação dos minerais e apuração do ouro

A partir das falas dos atingidos e atingidas, fica claro que a faiscação, antes do assoreamento de rejeito de mineiro, era possível em praticamente todo o curso do Doce que banha os municípios. Apesar de indicarem uma potencialidade muito ampla, elas também revelam uma faiscação restrita aos espaços onde estes trabalhadores percebiam serem de melhor potencial produtivo e consideravam de fácil deslocamento. Nestes termos, a área explorada pelos faiscaadores é bem limitada, sendo uma prática usual manter os instrumentos de trabalho escondidos na beira do rio.

O garimpo artesanal praticado nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado constitui uma atividade econômica tipicamente orientada à subsistência. É uma atividade que requer baixíssimo capital e de aprendizado relativamente pouco complexo. Obviamente, por tal orientação econômica os faiscaadores não detêm a concessão do Estado sobre a área de exploração. Quando muito, estas pessoas possuem uma autorização informal do proprietário das terras pela qual transita para acessar o rio e a lavra. A faiscação praticada pelos atingidos é uma atividade informal e que era mantida na mesma base técnica utilizada no passado. (COSTA, 2002, 2007; MARTINS, 2017; REIS, 2007)

A faiscação, em via de regra, conforma-se como uma atividade individual, mas também realizada a partir de grupos familiares e companheiros. Quando acontece em grupo, as relações de trabalho são horizontais, o que implica em divisões equivalentes do produto do trabalho e a troca de experiência sobre o processo produtivo. Por fim, importa destacar que a extração de ouro a partir da faiscação está baseada na busca pelos resquícios da produção aurífera, seja dos grandes empreendimentos minerários do passado, seja dos garimpos mecanizados que ainda ocorrem desde Barra Longa até às proximidades de Santana do Deserto.

Neste sentido, os homens e mulheres faiscaadores, ao longo de dias, principalmente nos meses de estiagem, conseguem produzir algumas gramas de ouro em um mês quando a produção é muito eficiente. A comercialização envolve atravessadores, locais e regionais, que precificam o produto do trabalho dos faiscaadores com deságio (relatos indicam até 15% de depreciação em relação a cotação oficial). Destarte, a atividade minerária destas pessoas passa longe da percepção estereotipada do que é ser garimpeiro, o que Costa caracteriza como “*estribada nas ideias de sorte, aventura e jogo, e corporificada em torno de uma série de lendas, mitos e histórias de grandes bamburros seguidos de falência*” (2007, p. 271). A

faiscação refere-se à trabalhadores que buscavam em um extenuante trabalho de revolver areia, cascalho, obter uma renda monetária que era empregados na compra de alimentos, serviços e bens.

## **2. Pescadores, Faiscadores e Trabalhadores Rurais - esforços para a construção de um modo de vida (relativamente) autônomo**

Em um contexto de pequenas cidades com forte presença rural<sup>5</sup>, como é o caso de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, a diversificação das atividades produtivas e geradoras de renda pelos seus moradores é algo fundamental. Por serem grandes os desafios estabelecidos pela conjuntura político-econômica (empobrecimento) e as expectativas acerca da consolidação de projeto de vida familiar<sup>6</sup>, homens e mulheres que vivem e trabalham nestes municípios são levados a tomar decisões quanto a intensificação da autoexploração e o engajamento em uma ou mais frentes de trabalho.

Para compreender a importância da diversificação é relevante fazer uma breve ponderação sobre o conceito de pluriatividade. Este instrumento teórico-metodológico é empregado nas análises sociológicas e em desenhos de políticas de desenvolvimento rural de modo a desvendar os processos de diversificação do trabalho no âmbito das unidades familiares (MATTEI, 2007). Segundo Anjos e Caldas, a pluriatividade “*designa um tipo de exploração [do trabalho familiar] em que seus membros desempenham inúmeras atividades remuneradas, agrícolas e não-agrícolas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento*” (ANJOS; CALDAS, 2006, p. 189).

Segundo Schneider, a pluriatividade é

---

<sup>5</sup> A partir de uma leitura de Mendras, Wanderley destaca que a influência rural nas cidades pequenas deriva “*por um lado, através de diversos indicadores socioeconômicos e demográficos, dentre os quais merecem especial menção: o peso da população rural no conjunto da população municipal; a proporção das pessoas que, vivendo nas áreas urbanas, trabalham no meio rural, especialmente agricultores e suas famílias - o que estabelece uma via de duas mãos na circulação entre a população rural e urbana no espaço municipal - e a proporção das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto das pessoas ocupadas no município. Por outro lado, ela se expressa no fato de que o espaço municipal pode ser impregnado pelas «qualidades» do meio rural, diante das quais a pequena e carente cidade dificilmente consegue se impor como alteridade. Estas qualidades dizem respeito sobretudo ao povoamento reduzido e à predominância das paisagens “naturais” e das relações sociais de interconhecimento.*” (WANDERLEY, 2001)

<sup>6</sup> Conforme destacam diferentes autores da sociologia rural, cujos estudos dialogam com o trabalho de Chayanov, a forma familiar de produção no campo acontece de modo a possibilitar no curto prazo que as pessoas viviam o tempo presente, mas também produzam garantias para que as gerações futuras tenham meios para manter o legado do passado.

A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica. Neste sentido, seguindo a sugestão de Ellis (2000), a pluriatividade pode ser entendida como uma estratégia de reação (coping), em face há uma situação de risco ou vulnerabilidade, ou uma estratégia de adaptação, que ocorre quando os indivíduos dotados de capacidade de escolha conseguem optar e decidir frente a um conjunto de oportunidades e possibilidades. Assim, a pluriatividade tem a ver com o exercício das capacidades e o poder de agência dos indivíduos. (SCHNEIDER, 2009 n.p)

A importância deste conceito é romper com a ideia de que, conforme o contexto socioeconômico as famílias campo não realizam somente uma atividade, por exemplo, a agricultura. Sendo que em adição a ela (agricultura) a força de trabalho dos membros de uma família pode e vai ser engajada em outras explorações agrárias; em atividades para-agrárias (e.g. artesanatos, agroindústrias, transformação de alimentos); e ou em trabalhos e profissões fora do setor agrícola.

Por outro lado, o conceito de pluriatividade ajuda a compreender que a diversificação do trabalho e das atividades produtivas não representa um recurso transitório ou de precarização das condições sociais e econômicas das famílias (SCHNEIDER *et al.*, 2006), mas sim o enfrentamento dos “*ambientes hostis*” (VAN DER PLOEG, 2008) que se avizinham as comunidades rurais e as colocam em rota de extinção.

O florescimento da pluriatividade nos municípios da área de estudo está relacionado a combinação de fatores sociais e econômicos que requalificaram profundamente os espaços rurais e urbanos destas pequenas cidades entre o último quarto do século XX e a primeira década do século XXI, quais sejam: a modernização das relações no campo<sup>7</sup>, e a instalação de um grande projeto econômico hidroelétrico<sup>8</sup>. Tais mudanças na estrutura fundiária e produtiva no campo reduziram as oportunidades de acesso à terra para trabalho e morada (seja por meio do colonato ou contratos de parceria).

Para aqueles que não migraram para outras cidades ou regiões, a mudança nas relações sociais de produção no campo ocasionou diferenciação social, e isso se manifestou nas transformações dos colonos, parceiros e moradores diaristas ou assalariados rurais. No processo de reestruturação, os novos moldes de acesso à terra deixam mais evidente, para

---

<sup>7</sup> Consultar tabelas em anexo (Censo Agropecuários de 2006 e 2017) a respeito da recente estrutura agrária dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

<sup>8</sup> Consultar o texto em anexo sobre a instalação de Candonga e os conflitos socioambientais mudanças suscitadas pelo barramento do rio Doce.

os moradores locais, a relevância do rio Doce e das atividades extrativistas possíveis a partir dele para a consolidação do modo de vida.

Pinto e Pereira ao caracterizarem a vida na velha comunidade do Soberbo (submersa em 2004 pelo lago da UHE Risoleta Neves) contribuem de forma fundamental para iluminar o ponto que se pretende apresentar neste tópico:

A maior parte das famílias vivia em casas de alvenaria, caracterizadas pela centralidade da cozinha grande e pelo uso constante do quintal - nas palavras de uma moradora, “a despensa do pobre”. Ali, elas obtinham ovos e carne com a criação de galinhas, colhiam frutas, plantavam hortas e plantas medicinais, pescavam e catavam lenha para cocção de alimentos e aquecimento da água para o banho. No rio, na época de seca, exploravam, por meio da faiscação, o ouro, que era uma importante fonte complementar de renda, se não a única. Uma boa parte das famílias, na estação chuvosa, de outubro a março, trabalhava como meeira ou explorava sua própria terra diretamente, em regime de economia familiar, criando porcos ou gado leiteiro (PINTO; PEREIRA, 2005)

O que foi observado, a partir das atividades de campo e na literatura sobre o modo de vida local (PINTO; PEREIRA, 2005), é extremamente similar a forma de organização do trabalho e da produtividade caracterizada por Garcia Jr e Heredia, com princípio da alternatividade autoconsumo/venda<sup>9</sup> (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009), em seus estudos sobre o nordeste brasileiro. Ao diversificar as frentes de obtenção de trabalho e renda, tanto no passado como no presente, os atingidos buscam construir uma base de recursos autogerida, tanto sociais como naturais, para conseguir certo nível de independência econômica e realização como ser social.

---

<sup>9</sup> Segundo Garcia, “há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos. (...) São produtos que têm a marca da alternatividade. Alternatividade entre serem consumidos diretamente, e assim, atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico, como o sal, o açúcar, o querosene, etc.” (GARCIA.1990:117).



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 12 – Antes e depois da passagem e deposição dos rejeitos carreados pelo rio Doce a partir do rompimento da barragem da Samarco, na concepção da Sr.<sup>a</sup> Maria Claudia.

As representações da vida e do trabalho produzidas a partir das ilustrações elaboradas no momento do DRP, ressaltam o derramamento de rejeitos de minério como responsável pela restrição ao livre exercício de atividades fundamentais a reprodução e produção de um modo de vida, inclusive no provimento de alimentos (Figura 12). Destas representações depreende-se que a vida e o trabalho nas comunidades tradicionais da área de estudo estão intimamente ligados ao acesso ao meio ambiente de qualidade.

Para além das atividades extrativistas caracterizadas nos tópicos anteriores, outros meios de trabalho e obtenção de renda econômica e não-econômica são: a exploração agrícola e o emprego fora do setor agrícola. Nos depoimentos e imagens produzidas pelos atingidos, o rio Doce destaca-se como elemento interconectado as explorações agropecuárias desenvolvidas por estas famílias, esteja o rio a alguma distância da casa de morada, da terra de trabalho ou contíguo a eles. (Figura 13)



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 13 – Mapa elaborado pela Sr.<sup>a</sup> Luci e Sr. Adão Lana, Sítio Almécega

Mesmo nas situações em que há pouca terra de cultivo (Figura 14), realidade que abrange a grande maioria, atividades agrícolas são desenvolvidas por meio de hortas, pomares e até lavouras temporárias (sobretudo, amendoim, milho, feijão, mandioca, aboboras, etc.), bem como o criatório de animais. Nestas situações, apesar da pouca escala, as atividades promovem a segurança alimentar e econômica das famílias.



Fonte – ATI Centro de Formação Popular Rosa Fortini  
Figura 14 – Mapa feito pela Sr.<sup>a</sup> Maria Vera com auxílio do seu neto Ryan, Santana do Deserto

Quanto ao desenvolvimento das atividades agropecuárias deve-se considerar para além dos proprietários de terra, os agricultores arrendatários e parceiros (meeiros e outros arranjos). Estes casos compreendem agricultores sem terra ou com terra insuficiente que viabilizam uma produção agropecuária mediante ao pagamento da renda da terra.

Outra face das relações de produção no campo é o trabalho rural assalariado ou a dia. Por conta da estrutura fundiária e da atividades agropecuárias desenvolvidas na região há uma demanda constante por trabalhadores tanto fixos (caseiros, retireiros, etc.) como ocasionais (colheitas, plantações, limpezas de pastagem, etc.) nas propriedades de médio e grande porte. Assim sendo, os trabalhadores que residem tanto na zona rural ou mesmo na cidade, sejam eles proprietários de pequenas propriedades ou sem terra, se colocam a disposição e ou são recrutados para cumprir essas atividades, seja a partir de contratos de trabalho formais ou informais<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Em Rio Doce, a comunidade de Matadouro é o melhor exemplo do papel do trabalho rural para pequenos proprietários ou trabalhadores rurais sem terra. Naquela comunidade uma expressiva parcela dos moradores possui ou já possuiu contratos de trabalho na fazenda Porto Alegre, inclusive com a prática do sistema de colonato até o período do rompimento.

Ainda que historicamente os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado tenham suas economias centradas nas explorações agrícolas, outras atividades trabalhistas tem relevância (CENSO 2010), são elas: “*Administração pública, defesa e seguridade social*”; “*Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas*”; “*Construção*” “*Serviços domésticos*”. Importante salientar que nem sempre estes postos de trabalho estão nas localidades na qual as pessoas moram. Assim, muitas pessoas que atuam nestas áreas se deslocam diariamente para a sede dos municípios ou mesmo para municípios vizinhos, com destaque para Ponte Nova.

A construção da hidroelétrica de Candonga (2000-2004) abriu nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado grande número de postos de trabalho. A obra estimulou a economia local, com o emprego de moradores nas empresas de construção civil e prestação de serviços – os mais diversos e que são inerentes a uma obra de grande porte. Além disto, merecem destaque as atividades geradoras de trabalho em setores com o turismo, sobretudo, o desencadeado pela pesca esportiva e de lazer.

A pesca como desporto é desencadeada com o barramento do rio e a, subsequente, mudança de comportamento das comunidades de peixe. A alteração da piscosidade, especialmente, no trecho do rio à jusante do eixo da barragem, passa a atrair um contínuo fluxo de pessoas interessadas em momentos de recreação com a pesca. O afluxo de visitantes motivou moradores de Santana do Deserto a acolher estes pescadores oferecendo diferentes serviços.

A comunidade, amparada pela experiência do turismo religioso (a comunidade promove em julho a festa de Nossa Senhora Santana do Deserto e é ponto de chegada de uma romaria devotada a esta Santa) passou a explorar um turismo de base comunitária. Essa atividade econômica consiste em um ponto de inflexão nas atividades econômicas daquelas pessoas, uma vez que começaram a se rentabilizar a partir da oferta de serviços como hospedagem, venda produtos da “roça”, quitutes caseiros, bebidas e refeições aos de fora.

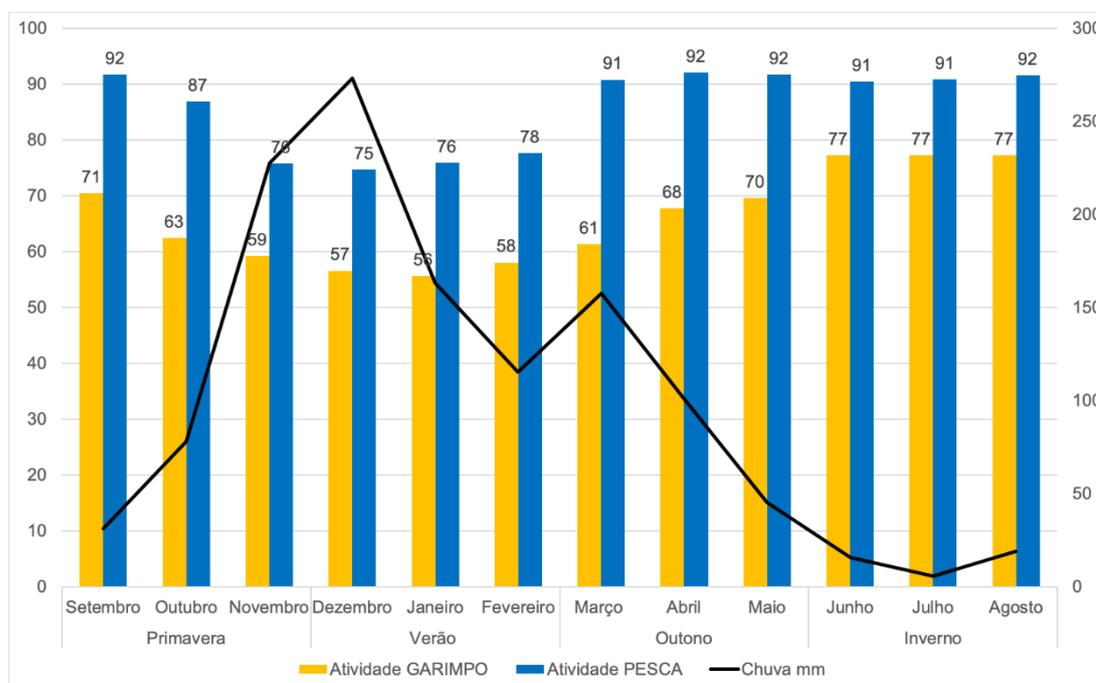
Este breve e resumido sobrevoo permite compreender que na área de estudo há uma pluralidade explorações produtivas que são arregimentadas pelas pessoas do lugar para satisfazer suas necessidades básicas, bem como buscar o projeto de vida familiar almejado. Em um município onde as oportunidades de emprego e renda na cidade são pequenas, o trabalho rural é precário e a terra de trabalho é desigualmente distribuída, explorar o rio, seja na atividade de pesca ou faiscação, por exemplo, é a forma pela qual as famílias conseguem algo para além do mínimo no que toca a renda, a posse de bens e o acesso a serviços.





Deste conjunto de ilustrações é possível perceber a diversidade de arranjos que as famílias são capazes de elaborar. Na Figura 15, por exemplo, estão colocados os trabalhos no corte de cana, plantio de feijão e milho, e as pescarias. Ainda que sejam poucas as atividades, percebe-se que elas estão concatenadas para alcançar os resultados pretendidos. Na Figura 16, o casal apresenta, em ricos detalhes, o seu conhecimento ecológico no que toca a ocorrência de pescados no curso dos meses do ano, fazendo a distinção entre peixes com melhor valor de comercialização (dourado, traíra, pacumã, bagre africano) e aqueles menos “nobres”, mas que são fundamentais como fonte de proteína para as refeições (piaba, cará e lambar). Já no calendário da Figura 17, estão expressos os produtos obtidos da agricultura realizada nos quintais das casas, com uma diversidade de plantas alimentícias sendo fruteiras, hortaliças, tubérculos, entre outros.

O que torna possível a realização de tantas e tão diferentes atividades é a organização interna que as famílias e os trabalhadores fazem no longo do ciclo anual de trabalho. Bem como a distribuição de tempo de trabalho para cada uma delas, respeitando sempre as imposições naturais dos ciclos de crescimentos das plantas, da ocorrência de pescados. Um bom exemplo disto é percebido no movimento das pessoas nas atividades de pesca e faiscação (Figura 18) registrado pela pesquisa da Opus.



Fonte – ATI Centro de Formação Popular, Opus.  
Figura 18 – Período do ano que exercia a atividade de pesca (n=1190) e faiscação (n=330) antes do rompimento da barragem de Fundão (Samarco)

Considerando os respondentes que assumiram fazer a prática da pesca, observa-se que dos 1190 respondentes, em média, 91,4% mantêm suas pescarias em atividade por sete meses do ano (março a setembro). Nos meses de novembro a fevereiro (coincidentemente os quatro meses do período de defeso da piracema e os de maior incidência de chuva na região), o montante de respondentes que assumem realizar a pesca cai para 76%, em média.

No que toca a faiscação, as informações colhidas entre os 330 respondentes que declaram realizar o garimpo artesanal tornam possível perceber que os meses de maior atuação são de junho a agosto, onde 77,3% dos entrevistados declaram praticar a faiscação. No período no qual a faiscação é mais ativa é o momento do ano quando o rio está em seu nível mais baixo, consequência do decréscimo do regime de chuvas. Os meses com menor fluxo de pessoas na faiscação são novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, em que 57% dos entrevistados afirmam continuar a praticar a extração de metais preciosos.

Ainda que exista uma variação de intensidade na realização das atividades de pesca e garimpo (diferenças de 15% e 20% respectivamente) entre os meses de maior e menor pico, observa-se uma constância de 811 pessoas e 183 pessoas, respectivamente na pesca e faiscação, que desempenham essas atividades ao longo de todos os meses do ano. Essa informação é um dado significativo, pois por meio dela é possível dimensionar o volume de pessoas que contavam com os produtos destas atividades – seja em sua cesta de alimentos ou rendimentos monetários.

## **2.1. Em vias de síntese**

Na área de estudo, persiste a existência de uma pequena produção mercantil que, apesar das mudanças econômicas e políticas mais amplas e, de modo específico, das transformações territoriais decorrentes da construção da UHE, do rompimento da barragem da Samarco e das obras pós-rompimento, é fundamental para a produção de um modo de vida tradicional que une trabalho rural e extrativismo. A feição destas comunidades tradicionais situadas nas margens do rio Doce é fruto de processos socioambientais que remontam o passado e o presente do próprio rio Doce e seus afluentes.

Estes ribeirinhos exploram um ambiente ecológico extremamente limitado, constituído, por uma dezena de quilômetros de margem do rio Doce, suas ilhas, corredeiras e represamento. Pescam, sobretudo, nos barrancos do Doce com varas, linhadadas e redes – de tresmalho e tarrafa – em determinadas situações, para alcançar seus pontos de pesca, valem-se de canoas. Na atividade de faiscação, estas pessoas usam instrumentos simples a fim de

revolver as margens do rio, filtrar o material para apurar algumas décimas de ouro em um dia de trabalho.

Entre estes pescadores-lavradores-faiscadores, o trabalho pode acontecer de forma individual ou envolver a formação de um grupo (familiar de parceiros). A pesca e a faiscação acontecem quando estas pessoas podem, especialmente, no fim da jornada de trabalho no campo, finais de semana, nos intervalos do ciclos agrícolas, bem como quando não há possibilidade do trabalho fichado e mesmo nos períodos de férias. De forma geral, a ocorrência das atividades extrativas é determinada pela necessidade imediata e a disponibilidade do que fazer para ganhar a vida. Assim, indivíduos ou famílias que ingressam no mundo do trabalho local, recorrem a diversificação econômica e ao sobretrabalho, para conseguirem pagar pelo estudo, reformar a casa de morada, obter alimentos de qualidade, dar início a vida familiar própria, etc.

Nestes termos, a pluriatividade não carrega um sentido positivo, melhora da qualidade de vida. No contexto dos pescadores-lavradores-faiscadores a diversificação produtiva e do trabalho é uma forma destas pessoas esquivarem-se do empobrecimento e da insegurança alimentar. Em uma perspectiva mais ampla, considerando o projeto de vida familiar, as múltiplas atividades desenvolvidas consistem no esforço, a todo custo, para não deixar colapsar a forma social na qual vivem e, ao mesmo tempo, inviabilizar o futuro das próximas gerações.

### **3. Consequências do desastre da Samarco**

O modo peculiar que pescadores, faiscadores e lavradores se relacionam com o ambiente, em especial, o rio Doce, envolve um conhecimento profundo da natureza, dos fenômenos climáticos, do comportamento a fauna, do solo/subsolo e do curso do rio propriamente. Todavia, as fortes mudanças vivenciadas no território a partir de 2000 (Candongia) e 2015 (Samarco) impuseram mudanças e rupturas no modo de vida destas pessoas, suas práticas, saberes e sonhos.

O rompimento da barragem de Fundão, cuja proprietária é a mineradora Samarco, empresa controlada pela Vale/BHP Billiton, causou *uma enxurrada de lama e rejeitos de mineração e teve graves consequências ambientais e socioeconômicas a toda a Bacia do Rio Doce. Nas localidades de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó, o desastre*

*aprofunda e amplia o conjunto de violações aos direitos humanos<sup>11</sup> e agrava o sofrimento social<sup>12</sup> de pessoas que tinham o rio Doce como referência e viviam da agricultura familiar, pesca e garimpo artesanal.*

Na percepção destes atingidos, o carreamento e deposição de rejeitos em seus espaços de vida e trabalho, bem como as obras pós-desastre, são indissociáveis. Ademais, para eles as alterações ecológicas se mesclam com os problemas sociais, econômicos e agravos na saúde da população local. A coleta das informações aqui apresentadas foi possível a partir de visitas às comunidades, reuniões e entrevistas individuais, sistematicamente registradas pela ATI. A partir das falas dos atingidos, foram destacados os danos que os afetam decorrentes do rompimento nas múltiplas dimensões de suas vidas, a sociabilidade, territorialidade, produção e cultura.

De modo pontual podem ser elencados os seguintes danos e prejuízos às comunidades e populações tradicionais:

- Privação dos vínculos da comunidade com o território, em especial, com o rio Doce.
- Fragilização das condições de geração de renda e segurança alimentar dos comunitários (pesca e mineração);
- Inviabilização das práticas tradicionais relacionadas à pesca;
- Inviabilização das práticas tradicionais relacionadas à mineração de ouro;
- Comprometimento da transmissão intergeracional dos conhecimentos inerentes aos ofícios da pesca;

---

<sup>11</sup> Sobre as violações do Direitos Humanos podem ser indicadas questões relativas ao desrespeito ao acesso ao meio ambiente, à dignidade da pessoa humana, ao trabalho, à participação popular.

<sup>12</sup> O “sofrimento social congrega uma grande variedade de experiências de dor, trauma e distúrbios – na fome, na violência doméstica, no stress pós-traumático, na doença crônica, ou nas doenças sexualmente transmissíveis que envolvem, simultaneamente, situações de saúde, bem-estar, justiça, moralidade e religião. Nesse sentido, o que melhor caracteriza o sofrimento social é sua compreensão não como problema médico ou psicológico, o que reforçaria sua dimensão individual, mas como uma experiência social (1997). (...) Suas raízes estão, desta forma, intimamente ligadas aos processos sócio-políticos nos quais podem ser encontradas a violência e a opressão, o que não restringe esse sofrimento às populações dos países pobres do 3º. mundo, mas também pode ser encontrado nas ‘margens’ dos países ricos, como nas *downtown* de grandes cidades”(CARVALHO, 2008, p. 10–11). O sofrimento de origem social, portanto, é produto de um contexto determinado, constituído por novas relações estabelecidas no espaço específico do trabalho e da vida. Por meio deste entendido pesquisadores transpõem esse conceito para contextos de injustiça ambiental no âmbito de desastres (VALENCIO *et al.*, 2009; VALENCIO, 2014) e desastres tecnológicos como é o rompimento de Fundão (ZHOURI *et al.*, 2016).

- Comprometimento da transmissão intergeracional dos conhecimentos inerentes aos ofícios da fiação;
- Fragilização das práticas agropecuárias costumeira e de atividades para-agrícolas (agroindústrias e turismo rural) mantidas pelas comunidades;
- Comprometimento da prática e reprodução do modo de vida e bens culturais da comunidade;
- Comprometimento dos vínculos comunitários e geração de expectativa em função do processo de reparação e compensação dos impactos;
- Aumento do custo de vida em decorrência da vinda de pessoas a trabalho pelas empresas terceirizadas e serviços de dragagem dos rejeitos;
- Indícios de comprometimento das condições de saúde física e mental da população;

### Referências Bibliográficas

- ANJOS, Flavio Sacco dos; CALDAS, Nádya Velledas. Pluriatividade e a sucessão hereditária na agricultura familiar. *In*: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 189–218. *E-book*.
- BARROS, Juliana Neves; SYLVESTRE, Marie-Eve. **Atingidos e Barrados - As violações de direitos humanos na hidrelétrica Candonga**. Rio de Janeiro, Ponte Nova: Justiça Global, 2004. *E-book*.
- BORTONE, Fabiane A. S.; LUDWIG, Márcia Pinheiro. É hora de partir: o contexto em que se deu o deslocamento das famílias atingidas pela construção da hidrelétrica Candonga. **Estudo e Debate**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 25–44, 2010.
- BRASIL. **Legislação pesqueira**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. *E-book*.
- CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e sofrimento social: A resistência feminina na obra de veena das. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 9–18, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902008000300003>
- CASTILHOS, ZC; LIMA, MHMR; CASTRO, NF. **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração**. [S. l.: s. n.]. *E-book*. Disponível em: <http://www.cotemar.com.br/biblioteca/mineracao/genero-e-trabalho-infantil.pdf#page=94>
- CONSÓRCIO CANDONGA. **Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental - RADA Usina Hidrelétrica Risoleta Neves**. [S. l.: s. n.].

- COSTA, Luciano Rodrigues. **Homens de ouro: trabalho e conhecimento entre os garimpeiros clandestinos de ouro da região de Mariana**. 2002. - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.
- COSTA, Luciano Rodrigues. Os garimpos clandestinos de ouro em Minas: tradição e mudança. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 36–37, p. 247–279, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19115>
- DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Editora Ática, 1983. *E-book*.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **A pesca construindo sociedade**. São Paulo: Nupaub-USP, 2004. *E-book*.
- ESCURRA, Maria Fernanda. Pesca Artesanal: expropriações contemporâneas e reprodução do arcaico pelo capital. **Revista Em Pauta**, [S. l.], v. 11, n. 32, p. 215–231, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2013.10163>
- GARCIA JR., Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. *In*: PIETRAFESA DE GODOI, Emilia; MARIN, Rosa Acevedo; MARILDA, Aparecida de Menezes (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias Estratégias de reprodução social**. São Paulo : Brasilia: Unesp, 2009. p. 213–246. *E-book*.
- GARCIA, Romyr Conde. O mão de luva e os sertões de Serra acima: Garimpos clandestinos e conflitos sociais no Brasil Colônia. **UNIFESO-Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 246–268, 2018.
- HENTSCHEL, Thomas; PRIESTER, Michael; HRUSCHKA, Felix. Global Report on Artisanal & Small-Scale Mining. **Mining, Minerals and Sustainable Development**, [S. l.], n. 70, p. 67, 2002. Disponível em: <http://pubs.iied.org/pdfs/G00723.pdf>
- MARTINS, Marcos Lobato. As mudanças nos marcos regulatórios da mineração diamantífera e as reações dos garimpeiros: o caso da Região do Alto Jequitinhonha. **Geografias (UFMG)**, [S. l.], v. 05, n. 1, p. 37–49, 2009. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/viewArticle/83>
- MARTINS, Marcos Lobato. Faiscadores e garimpeiros na ordem escravista: lutas e resistências nos terrenos diamantinos das Minas Gerais. *In*: CHAVES, Edneila; SILVA, Caio Pedrosa da (org.). **Anais [da] IV Semana de História - 100 anos da Revolução Russa constrovérsias e impactos (1917-2017)**. Diamantina: UFVJM, 2017. p. 66–99. *E-book*.

- MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1055–1073, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-20032007000400011>
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Cooperativismo Mineral no Brasil: o caminho das pedras, passo a passo**. Brasília: DNPM/DIDEM, 2008. *E-book*. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes-economia-mineral/arquivos/bussola-mineral-o-cooperativismo-mineral-no-brasil>
- PENIDO, Marina de Oliveira; MAIA, Laís Jabace. Os Deslocamentos Compulsórios E Os Reassentamentos Como Deflagradores De Conflitos Ambientais : Um Estudo De Caso Das Hidrelétricas De Candonga e Itabebi. *In*: 2013, **Anais ENANPUR**. [S. l.: s. n.] p. 1–18.
- PINTO, Vero Franklin Sardinha; PEREIRA, Doralice Barros. Conflitos socioambientais e resistências no/do projeto hidrelétrico de Candonga. **Revista Geografias (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 70–85, 2005.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Embarcações do Encantamento: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape, PE**. 2007. - UNICAMP, Campinas, 2007.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, pescadores e Desenvolvimento nacional da reserva naval à aquícola. **Ruris**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 31–62, 2014.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. **Sociologias**, [S. l.], v. 17, n. 38, p. 192–220, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-017003812>
- REIS, Flávia Maria Da Mata. **Entre faisqueiras, catas e galerias: Explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do Século XVIII (1702-1762)**. 2007. - UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de modos de vida : memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG**. 2013. - UFU, Uberlândia, 2013.
- SCHNEIDER, Sergio *et al.* A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. *In*: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 137–165. *E-book*.
- SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. *In*: MARTINEZ VALLE, Luciano; GRAMMONT, Hubert Carton De (org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1. ed. Quito: Ed. Flacso, 2009. p. 132–161. *E-book*.

- SILVA, Adriano Prysthon da. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Pesca e Aquicultura**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 32, 2014.
- SILVA, Luiz Geraldo. **Caiçaras e Jangadeiros Cultura marítima e modernização no Brasil**. NUPAUB Sér ed. São Paulo: CEMAR/Universidade de São Paulo, 1993. *E-book*.
- TAC CANDONGA. **TERMO DE ACORDO** Belo Horizonte, Brasil: [s. n.], 2013.
- THEMAG ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental Usina Hidroelétrica Candonga - Caracterização do Empreendimento**. São Paulo: [s. n.], 1997 a.
- THEMAG ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental Usina Hidroelétrica Candonga - Avaliações de Impactos**. São Paulo: [s. n.], 1997 b.
- TTAC. **Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)** Brasil: [s. n.], 2016.p. 139. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- VALENCIO, Norma *et al.* **Sociologia ds Desastres - Construção, interfaces e perspectivas no Brasil. Versão eletrônica**. São Carlos: RiMa Editora, 2009. *E-book*.
- VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: Tecnicismo e sofrimento social. **Ciencia e Saude Coletiva**, [S. l.], v. 19, n. 9, p. 3631–3644, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008. *E-book*.
- VILLAS-BÔAS, Roberto Cerrini.; ARANIBAR, Ana María. **Pequeña minería y minería artesanal en iberoamérica: Conflictos, Ordenamiento e Soluciones**. Rio de Janeiro: CETEM/CYTED/CONACYT, 2003. *E-book*.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em pernambuco. **Revista Nordeste: regionalismo e inserção global**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–32, 2001.
- ZHOURI, Andréa *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36–40, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>

## Anexos

### A questão agrária local a partir dos Censos Agropecuários 2006 e 2017

A modernização das atividades agropecuárias locais se expressa na preponderância da atividade pecuária no meio rural (Tabela 1), concentração de terras agricultáveis (Tabela 02) e na prevalência de situações precárias de trabalho rural – trabalhadores diaristas e assalariados, parceiros meeiros e arrendatários, agricultores familiares que por possuírem pouca terra acabam pagando a renda aos proprietários<sup>13</sup>.

Tabela 1 – Totalização do número de estabelecimentos agropecuários e grupos de atividade econômica de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce

Grupos de atividade econômica	Número de estabelecimentos agropecuários ano 2006		Número de estabelecimentos agropecuários ano 2017	
	Un.	%	Un.	%
Total	637	100,00	596	100,00
Produção de lavouras temporárias	99	15,54	156	26,17
Horticultura e floricultura	17	2,67	7	1,17
Produção de lavouras permanentes	12	1,88	3	0,50
Produção de sementes e mudas certificadas	2	0,31	1	0,17
Pecuária e criação de outros animais	500	78,49	425	71,31
Produção florestal - florestas plantadas	4	0,63	4	0,67
Produção florestal - florestas nativas	2	0,31	0	0,00
Pesca	1	0,16	0	0,00
Aquicultura	0	0,00	0	0,00

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 2006 e 2017

Tabela 2 – Totalização número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários e grupos de área total de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários ano 2006		Área dos estabelecimentos agropecuários ano 2006		Número de estabelecimentos agropecuários ano 2017		Área dos estabelecimentos agropecuários 2017	
	Un.	%	ha	%	Un.	%	ha	%
Total	637	100	19572	100	596	100	26157	100
Mais de 0 a menos de 20 há	428	67,19	2515	12,85	328	55,03	2373	9,07
De 20 a menos de 50 ha	112	17,58	3417	17,46	139	23,32	4507	17,23
De 50 a menos de 100 ha	43	6,75	2974	15,2	73	12,25	5020	19,19
De 100 a menos de 200 ha	36	5,65	4899	25,03	26	4,36	3538	13,53

<sup>13</sup> Além disto, deve ser considerado que o mundo rural local se tornou espaço para outras atividades não agrícolas, ligadas a moradia e lazer.

De 200 ha e mais	17	2,67	3986	20,37	29	4,87	7765	29,69
Produtor sem área	1	0,16	0	0	1	0,17	0	0

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 2006 e 2017

A persistência de um contingente de homens e mulheres atrelados a esse lado atrasado do rural, situa os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado em um contexto de vulnerabilidades onde a diversificação produtiva, seja por meio da pesca, garimpo, extração de areia e trabalhos não-agrícolas, é habilmente organizada para que as pessoas possam viver com alguma dignidade.

#### Um território em contínua mudança - O conflito socioambiental decorrente da construção de Candonga (UHE Risoleta Neves)

Na década de 1990, com o setor elétrico desestruturado (reflexo disto é a crise do Apagão 2001/2002), o governo federal tomou medidas que aceleraram a organização do setor elétrico entorno da iniciativa privada. Para substituir o monopólio estatal deste setor, uma série de estímulos e investimentos foram propostos como forma de fomentar empreendimentos privados de geração e transmissão de eletricidade. Este é o contexto no qual acontece a construção e instalação da hidrelétrica Risoleta Neves (anteriormente Candonga) que inicialmente foi uma iniciativa de indústrias multinacionais do alumínio com esforço de geração de energia elétrica para ampliar as capacidades produtivas – que é uma indústria eletro-intensiva.

Assim sendo, deve ser ponderado que Candonga, como empreendimento econômico, representa uma percepção de que a natureza é um recurso a ser expropriado, sob a justificativa do desenvolvimento e progresso. No seu âmago, a exploração da natureza nesta magnitude e intensidade, bem como a noção de desenvolvimento que prevalece, mira exclusivamente a obtenção de maiores ganhos econômicos para o capital transnacional<sup>14</sup>. Perante imposição por mais energia elétrica, as comunidades ribeirinhas do Rio Doce, perdem

<sup>14</sup> A história da participação acionária é esclarecedora de como candonga serve aos propósitos do capital transnacional financeiro e de *commodities* minerárias. O empreendimento foi iniciado pela CVRD e EPP, subsidiária da OAS Participações, a OAS que logo vendeu a sua participação societária para Alumínios Canadenses (posteriormente Novelis). Em 2015, a concessão foi transferida das empresas Novelis do Brasil Ltda. e Vale S.A., respectivamente para as empresas Vale S.A. e Aliança Geração de Energia (Vale e Cemig)

seus territórios, são realocadas, e tem rompidos os seus costumes, práticas sociais, laços comunitários e identidades.

O conflito socioambiental decorrente de Candonga inscreve-se no contexto mais amplo e guarda similaridades com os conflitos vivenciados por outras pessoas que também sofrem com deslocamentos, empobrecimento e a desorganizada vida em razão da implantação de grandes obras de infraestrutura. A similaridade colocada aqui em evidência é a aquela relativa à formação do sujeito político atingido, que estes conflitos fazem emergir no outro polo da disputa. Esta é uma identidade de resistência, ou seja, o atingido, em linhas gerais, é o ator social afetado pelo empreendimento, sobretudo no que toca a privação de direitos.

No caso Candonga, os processos que envolvem a formação deste sujeito estão, em um primeiro momento relacionados ao empreendedor. Na construção e apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), foi delimitado quem eram os impactados e quais os impactos sobre essas pessoas. Só em um segundo momento, na luta política, as pessoas percebem que não eram reconhecidas como atingidas ou assistidas nos processos de indenização, compensações e reparação dos direitos.

A definição de quem são os atingidos por um empreendimento passa pela justificativa técnico-científica do EIA – contratado pelo empreendedor – e neste momento são determinados os grupos sociais que acabam por ficar invisibilizados. Nas conclusões do Estudo de Impacto Ambiental de Candonga (THEMAG ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA, 1997a) foi determinada a área diretamente afetada pelo empreendimento - “a área a ser inundada pelo reservatório e a faixa de 100 metros do entorno” – bem como as categorias sociais afetadas. Centrada em uma concepção territorial-patrimonialista, no recorte inicial do empreendedor, ficaram excluídos como impactados as atividades econômicas de garimpo e os agricultores meeiros.

Em 2003, quando o Movimento dos Atingidos por Barragem começou a assessorar as comunidades, foi produzido um dossiê com uma lista completa de garimpeiros e meeiros. Em face disso, o Consórcio admitiu que tinha havido alguns erros no cadastramento, mas contestou o número apresentado pelo dossiê. Após algumas negociações, o Consórcio reconheceu que havia 15 garimpeiros que seriam prejudicados pela modificação do fluxo do rio e não seriam mais capazes de exercer suas atividades econômicas, assim como os 16 meeiros também reconhecidos. Eles ofereceram compensação financeira para 10 garimpeiros e terra e dinheiro para os 16 meeiros. Na verdade, havia muitos mais meeiros e garimpeiros cujo sustento dependia do Rio Doce ou de parte das terras que foram inundadas pelas águas da barragem. De acordo com o documento produzido pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) e apresentado à FEAM, seriam 51 garimpeiros.

Desse número, 36 eram garimpeiros permanentes e os quinze restantes dividiam-se entre o garimpo e a pesca. Como notado no relatório técnico da FEAM, “para esse grupo existe uma manifestação oficial de não reconhecimento como categoria atingida pelo empreendimento expedida pelo Consórcio Candonga em relatório datado de 06 de outubro, muito embora feita sem apresentação de nenhuma argumentação mais consistente”. (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 39)

Outro grupo que não teve seus reconhecimentos como atingido no processo de construção de Candonga foram os moradores de Santana do Deserto. A comunidade rural está localizada imediatamente após o barramento do rio e abrigou todo o movimento operacional das obras. A comunidade sofreu com os problemas de infraestrutura decorrentes das movimentações operacionais e de pessoas. Barros e Sylvestre registraram depoimentos dos moradores de Santana do Deserto indicando problemas nas estruturas das casas e a depreciação da estrada de acesso à comunidade. A situação dos atingidos de Santana demonstra como os impactos destes tipos de empreendimento têm múltiplas faces, que igualmente geram medos e temores sobre o futuro.

Considerando a área de inundação para a formação do reservatório, foram afetadas pessoas que residiam em São Sebastião do Soberbo no município de Rio Doce e das comunidades de Jerônimo, Santana do Deserto e Marimbondó. São Sebastião do Soberbo é destaque uma vez que o povoado foi completamente inundado com o enchimento do lago e as famílias que ali residiam passaram por um processo compulsório de reassentamento.

O antigo Soberbo, constituía-se como uma comunidade tipicamente ribeirinha cuja dinâmica social e econômica pautava-se na agricultura familiar, pesca e garimpo. Como relatam Pinto e Pereira, na seca os moradores retiravam, por meio da faiscação, ouro do rio, uma importante fonte complementar de renda. Nos períodos chuvosos, grande parte das famílias trabalhava como meeira ou explorava sua própria terra. As demais famílias atingidas pela construção da UHE, apesar de não terem sofrido deslocamento, tiveram comprometido seu modo de vida, uma vez que suas dinâmicas social e produtiva estavam totalmente relacionadas ao uso rio Doce e demais recursos naturais disponíveis a partir dele.

O deslocamento compulsório deflagrou uma série de injustiças socioambientais para a população, uma vez que, no decorrer da obra, a população foi alienada dos processos decisórios que influenciariam suas vidas (PENIDO; MAIA, 2013). O não reconhecimento de direitos foi acompanhado, destacam Pinto e Pereira, por práticas de cooptação das lideranças a partir da distribuição de benesses reais e/ou imaginárias, empregos, compra de bens e/ou serviços para a obra, superestimação dos valores de bens a serem pagos, favorecimento nas negociações” (PINTO; PEREIRA, 2005, p. 76)

O processo de despolitização ou individualização da luta por direitos foi outra estratégia empregada pelo Consórcio. Segundo os autores, na mediação junto aos atingidos, os movimentos sociais anti-barragem foram demonizados e apresentados como empecilhos do progresso. Por outro lado, o processo é marcado pelo uso da estratégia de negociações individuais – nestas ofertas os representantes do Consórcio pediam segredo sobre o que era oferecido sob ameaça velada da não conclusão do processo caso o combinado fosse repassado aos demais. Bortone e Ludwig iluminam a questão da individualização da luta pela reparação:

Conforme se verifica nos depoimentos, um morador se sente no direito de questionar a indenização recebida pelo outro e, nesse contexto, sempre se coloca na posição da vítima. Contudo, o que de fato se percebe é que cada morador negociou buscando a sua própria satisfação e de sua família, situação perfeitamente compreensível em um processo, em que imperou o individualismo e se desvalorizou o coletivo. Isso faz com que uns se coloquem contra os outros, e neste caso, o “outro” parece ser sempre aquele que levou a vantagem. Ainda que, para uns, só exista motivo para falar sobre a insatisfação com as indenizações, para outros a satisfação se faz evidente. (BORTONE; LUDWIG, 2010, p. 40)

Em consonância com a análise das autoras, Pinto e Pereira asseveram que a antipolítica (além dela o uso da força policial) foi utilizada para evitar dissenso e a oposição substantiva dos atingidos para com o Consórcio. Percebe-se que a desvalorização da luta coletiva pela reparação desdobrou-se em um processo de desagregação dos laços comunitários, uma vez a percepção de ter levado prejuízo em sua negociação, tendo em vista o ganho do vizinho, desarticulou as relações comunitárias ou mesmo familiares.

Os processos de reativação econômica também constituem um material bom para pensar sobre o processo de desagregação social. Ribeiro destaca que a intervenção técnica para o processo de reposicionamento do trabalho entre os atingidos, em especial, em Nova Soberbo, constituiu outro ponto de tensão entre os atingidos. Para a autora, ao invés de promover a ampliação da emancipação social e econômica a reativação proposta apenas substituiu o agente de subordinação destas pessoas.

Se, antes da construção da barragem Candonga, o acesso à produção de alimentos se dava pela subserviência a um proprietário (fazendeiro), atualmente os trabalhadores se veem na dependência de todo um corpo de técnicos a serviço das empresas concessionárias (RIBEIRO, 2013, p. 106)

Percebe-se com isso que a alienação dos atingidos nos processos de concepção e gerência dos projetos para seu futuro foram determinantes na persistência da insatisfação

com o processo de reparação. A autora destaca que a avaliação feita pelo Consórcio sobre o que é essencial e secundário para a reativação econômica em Nova Soberbo divergia da avaliação realizada pelos próprios atingidos sobre as atividades que consideram fundamentais para reestruturarem modos de vida. Como salientam Barros e Sylvestre (2004) o processo de negociação da reativação econômica resultou na ampliação do impasse entre atingidos e o Consórcio.

Importa salientar que, em dezembro de 2013, foi formalizado um acordo entre atingidos e o Consórcio (TAC CANDONGA, 2013) com o sentido de pacificar as questões desencadeadas pelos impactos da UHE. No TAC, pontos sobre a reativação ficaram esclarecidos e prazos, valores e custeio das ações estabelecidos. O TAC Candonga tratou da regularização dos imóveis; do registro dos imóveis; do abastecimento de água da Comunidade de São Sebastião do Soberbo; das compensações e aprimoramentos das medidas de mitigação de impactos socioambientais.; inclusão produtiva; da desistência da criação do polo turístico.